



CLIPPING INTERNET
21/10/2021 ATÉ 21/10/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG BARRA DO CORDA NEWS.....	1
	1.2 SITE O MARANHENSE.....	2 3 4
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG ATUAL 7.....	5
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 BLOG DE CURURUPU.....	6
4	ESMAM	
	4.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	7
	4.2 SITE MARANHÃO HOJE.....	8

Graça Duarte, do TJ-MA, atende pedido de Weverton e suspende ação penal do caso Costa Rodrigues

Pedetista é réu por peculato e crimes licitatórios, acusado de ilegalidades na reforma e ampliação do ginásio em São Luís. Ministério Público diz que prejuízo aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,38 milhões

A desembargadora Graça Duarte, do Tribunal de Justiça do Maranhão, atendeu a um pedido liminar da defesa do senador Weverton Rocha (PDT) e mandou suspender a tramitação da ação penal em que o pedetista é réu por peculato e crimes licitatórios, acusado de ilegalidades na contratação e celebração de termo aditivo para reforma e ampliação do ginásio poliesportivo Costa Rodrigues, que fica no Centro de São Luís.

A decisão, assinada nessa quarta-feira (20), por consequência, também suspende audiência de instrução e julgamento na 4ª Vara Criminal da capital, designada para a manhã desta quinta (21), em que Weverton sentaria no banco dos réus.

A magistrada acolheu alegação que já havia sido rebatida pelo Ministério Público e rejeitada pela juíza de primeira instância, Patrícia Marques Barbosa, de que a denúncia recebida contra o pedetista está fundada em prova anulada por determinação dela própria, e confirmada em acórdão pelas Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do TJ Maranhense, em 2015.

Embora Weverton tenha ficado em silêncio durante interrogatório pela Polícia Civil sobre o caso, no entendimento de Graça Duarte -acordado pelos desembargadores Guerreiro Júnior, Marcelo Carvalho, Kleber Costa, Raimundo Barros, Angela Salazar e Ribamar Castro-, Weverton foi vítima de cerceamento de defesa por não ter sido informado pela extinta Controladoria-Geral do Estado, nem tido espaço para se defender administrativamente, a respeito da produção de relatórios preliminares que apurou os crimes de falsidade ideológica, peculato e crimes licitatórios na contratação e celebração de termo aditivo para reforma e ampliação do Ginásio Costa Rodrigues.

A decisão liminar de Graça Duarte suspendendo a ação penal vale até que o colegiado do Tribunal de Justiça julgue o mérito do tema, o que ainda não tem data marcada.

Weverton é acusado pelo Ministério Público de haver beneficiado a empresa Maresia Construtora Ltda, e chefiado desvio dos recursos públicos, por meio de dispensa ilícita de licitação para a reforma e ampliação do ginásio poliesportivo. Os fatos delituosos correspondem ao período em que o pedetista era secretário de Esporte e Juventude do governo Jackson Lago, já falecido.

O prejuízo aos cofres públicos do Estado com o esquema, de acordo com a acusação, ultrapassa R\$ 5,38 milhões.

Segundo o 1º promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, Marcos Valentim Pinheiro Paixão, o Ministério Público apresentou provas suficientes de que Weverton cometeu os crimes apontados pela investigação.

Conhecido como linha-dura no combate à corrupção e crimes de colarinho branco, Valentim é ex-integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, o Gaeco.

A denúncia contra senador foi aceita pela Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) em 2017, quando ele ainda era deputado federal. Dois anos depois, porém, em razão da perda de foro, a Corte declinou da competência para julgar o caso, e determinou a remessa para o juízo de primeira instância.

Robusta, a ação penal possui 9 volumes e 11 apensos.

Juiz do Maranhão é punido por direcionar distribuição de processos

Pela tentativa de direcionar a distribuição dos processos, além de autorizar liberação de valores depositados em conta judicial vinculada a processo integrante do acervo processual de vara na qual não exercia jurisdição, o juiz Marcelo Testa Baldochi, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), foi punido com aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. A decisão foi tomada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a 60ª Sessão Extraordinária, realizada na terça-feira (28/9).

O relatório do conselheiro Mário Guerreiro no Processo Administrativo Disciplinar n. 000692087.2018.2.00.0000 apontou diversas acusações contra o magistrado, acolhendo de forma parcial as denúncias. Na acusação de tentativa de direcionamento da distribuição dos processos de tutela, inventário e divórcio consensual, o relator considerou que o magistrado infringiu as regras da distribuição, “ensejando distorções no exercício das competências jurisdicionais e a escolha do julgador pelas partes”. O conselheiro destacou que, se a prática é praxe na comarca de Imperatriz (MA), a atitude não exime o erro do magistrado, mas, pelo contrário, se outros magistrados e magistradas também agem assim devem ser “objeto de apuração e julgamento na seara própria”, sendo a conduta “rechaçada e devidamente punida”.

O juiz também foi acusado de expedir alvará para liberação de valores depositados em conta judicial vinculada a processo de vara diversa, conduta que fere a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e o Código de Ética da Magistratura. Segundo o voto, “os atos praticados pelo requerido caracterizaram séria afronta aos princípios do juiz natural e do devido processo legal, além de ensejarem abalo à imagem e à credibilidade do Poder Judiciário, bem como à segurança jurídica”.

O relator lembrou que o magistrado maranhense já foi julgado pelo CNJ em outras faltas disciplinares, recebendo sanções administrativas de censura (PAD 2802-39.2016.2.00.0000) e de disponibilidade (PAD 2799-84.2016.2.00.0000). “Resulta evidenciado, desse modo, o desrespeito do requerido pelas regras de conduta exigidas da magistratura e por princípios caros ao Estado Democrático de Direito, avultando, por conseguinte, a sua efetiva incompatibilidade para o exercício da jurisdição de forma permanente”, destacou o relatório.

Quanto à prolação de decisões em processos de competência de varas diversas nos plantões judiciais – ocorridos em 2013 – em matérias que não comportavam determinações em sede de plantão, o relator declarou a prescrição da pretensão punitiva. Também absolveu o magistrado de acusação de atuação irregular em um processo de inventário que foi distribuído a ele na comarca de Imperatriz.

Cururupu ganha Salão do Júri e Fórum totalmente reformado

A Comarca de Cururupu passou a contar com um local próprio para julgamento dos crimes contra a vida e ganhou um fórum revitalizado. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, inaugurou, nesta quinta-feira (21), o Salão do Júri Desembargador João Miranda Sobrinho e entregou a reforma do Fórum Desembargador José Pires Sexto.

De acordo com o presidente, a obra representa mais um exemplo concreto da preocupação do TJMA em viabilizar melhorias significativas em sua estrutura administrativa e operacional e a iniciativa se justifica como decorrência natural da própria importância da Comarca de Cururupu, com instalações dignas, modernas e adequadas, que proporcionarão aos membros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia, plenas condições para que possam desempenhar a contento suas atribuições profissionais.

“Aos jurisdicionados, em especial, este prédio servirá como verdadeira casa de abrigo para as suas legítimas pretensões e certamente representará, na prática, uma melhoria significativa da prestação jurisdicional oferecida”, ressaltou o desembargador Lourival Serejo.

Inauguração do Salão do Júri e reforma do Fórum de Cururupu-presidente observa urna
Sobre o homenageado que empresta o nome ao Salão do Júri, desembargador João Miranda Sobrinho, natural de Cururupu e falecido em 1º de julho de 1997, o presidente do TJMA ressaltou sua trajetória digna, de dedicação integral, de um magistrado e cidadão que se destacou em sua função.

“É uma recompensa ao amor que o desembargador João Miranda tinha por esta terra, que ele sempre chamava de terra santa”, revelou Lourival Serejo.

Inauguração do Salão do Júri e reforma do Fórum de Cururupu

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal (Nupemec/TJMA), desembargador José Luiz Almeida, e o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho também participaram da solenidade.

O desembargador José Luiz Almeida destacou a memória do desembargador João Miranda, lembrou a luta incansável do juiz Douglas Lima da Guia, ex-titular de Cururupu e atualmente em Balsas, para que sua então comarca pudesse contar com um salão do Júri, e creditou a realização da obra à iniciativa do juiz, ao ex-presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, que reservou a verba, e ao atual presidente Lourival Serejo, pela sensibilidade de levar adiante o projeto.

Filha do desembargador João Miranda Sobrinho, Alayde Miranda falou em nome da família e disse que ela e as gerações posteriores se sentem honradas e agradecidas pela homenagem.

Inauguração do Salão do Júri e reforma do Fórum de Cururupu-desembargadores e juiz na frente do Fórum

https://icururupu.com.br/cururupu-ganha-salao-do-juri-e-forum-totalmente-reformado/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=cururupu-ganha-salao-do-juri-e-forum-totalmente-reformado

Juizado de Timon abre seleção para conciliador voluntário

Estão sendo oferecidas 10 vagas para maior de 21 anos com Certificado de Conciliador

O Juizado Cível e Criminal de Timon abriu processo seletivo simplificado para cadastro de mediador e conciliador voluntário para trabalhar nesse órgão, que integra a Justiça especial. São oferecidas 10 vagas. A atividade do conciliador voluntário é considerada serviço público relevante, não resulta em vínculo estatutário ou trabalhista com o Poder Judiciário, mas constitui título em concurso para provimento de cargos na estrutura do Poder Judiciário.

As 10 vagas serão oferecidas a pessoas com idade igual ou superior a 21 anos completos, com certificado de “Conciliador”, emitido pela Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM), com carga horária do módulo teórico de 40 horas/aula, complementada pelo Módulo Prático de estágio supervisionado de 60 a 100 horas, nos termos da Resolução 125 do CNJ.

As inscrições dos interessados poderão ser feitas a partir das 8h do dia 25 de outubro, até as 2h59min do dia 5 de novembro, conforme o horário oficial de Brasília/DF, e o resultado final da seleção será divulgado no dia 07 de dezembro.

Os candidatos serão avaliados por exame de currículo e análise do histórico escolar e somente serão submetidos à seleção aqueles com histórico escolar que apresente nota superior a 75%. A seleção também será feita pelo método de entrevista pessoal que será realizada no período de 19 a 29 de novembro (das 8h às 12h e das 14h às 18h) no gabinete do Juizado Especial Cível e Criminal de Timon (Rua Duque de Caxias, nº220 - Centro, Timon/MA).

A carga horária a ser cumprida pelo conciliador voluntário será de, no mínimo, 4 horas, por semana, em sessões de conciliação do Juizado Especial Cível e Criminal de Timon, de segunda a sexta-feira, em um dos turnos - manhã (8h às 12h) ou tarde (14h às 18h).

Continue lendo mais em: <https://www.eduardorego.com.br/2021/10/juizado-de-timon-abre-selecao-para.html>

Ministros do STJ participam nesta sexta, em São Luís, de simpósio do Tribunal de Justiça

Evento será transmitido pelo canal Youtube EAD-ESMAM

Os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Rogério Schietti Cruz e Reynaldo Soares da Fonseca, além do desembargador federal Ney de Barros Bello Filho, participam, nesta sexta-feira (22), das 09h às 11h, do I Simpósio O Poder Judiciário como Garantidor da Democracia e dos Direitos Fundamentais. A promoção é do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

O evento, na modalidade presencial, será no Auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (Rua dos Búzios, s/n - Calhau). O evento terá também transmissão ao vivo pelo canal do Youtube EAD-ESMAM.

O simpósio integra programação comemorativa dos 35 anos da ESMAM - a ser celebrado em 12 de novembro de 2021. O objetivo é analisar a relação entre Estado, direito e sociedade frente às mudanças sociais e as crises no sistema político brasileiro na atualidade.

O evento segue as orientações das autoridades sanitárias quanto à manutenção de distanciamento social, higienização das mãos, além da apresentação da carteira de vacinação contra Covid-19.

Saiba mais sobre os palestrantes:

Rogério Schietti Machado Cruz é doutor e mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, autor de dezenas de artigos e livros jurídicos, com destaque para: Processo Penal pensado e aplicado - Brasília Jurídica - 2004, A Proibição de Dupla Persecução Penal - Lumen Juris - 2008, Garantias Processuais nos recursos criminais - Atlas - 2013 (2ª edição), Prisão cautelar: dramas, princípios e alternativas - Juspodivm - 2020 (5ª edição).

Reynaldo Soares da Fonseca é ministro do STJ, mestre em direito público pela PUC-SP, doutor em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de São Paulo e pós-doutor em democracia e direitos humanos pela Universidade de Coimbra (Portugal). Possui vasta publicação acadêmica em temas diversos — entre eles, com destaque, o Princípio da Fraternidade na Justiça.

Ney de Barros Bello Filho é desembargador federal (TRF1) e jurista maranhense, mestre e doutor em Direito, com pesquisa elaborada na Universidade de Coimbra, Portugal e na Università Degli Studi di Lecce, Itália. Pós-doutor em Direito Constitucional (PUC-RS), professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão, e em Regime de Colaboração Técnica na UnB, possui experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Criminal e Direito Ambiental.

SERVIÇO

O QUE: I Simpósio O Poder Judiciário como Garantidor da Democracia e dos Direitos Fundamentais,

QUANDO: 22/10/21 - Sexta-feira, das 9h às 11h

ONDE: Auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (Rua dos Búzios, s/n - Calhau). O evento terá também transmissão ao vivo pelo canal do Youtube EAD-ESMAM.

TJMA faz nova distribuição de exemplares da Constituição à população

O Tribunal de Justiça do Maranhão distribuiu na tarde dessa terça-feira (19), novos exemplares da Constituição Federal à população. A ação aconteceu no bairro do Renascença, área de localização de duas Universidades e de grande movimentação de pessoas.

Vários estudantes ficaram satisfeitos ao receberem a Carta Magna. A estudante de Direito Aline Sena, de 20 anos, disse que acha importante a iniciativa do TJMA de distribuir os exemplares da Constituição, principalmente nos dias de hoje e por ser mais um aprendizado. Já a universitária Ana Beatriz, de 21 anos, falou que é direito de cada cidadão ter conhecimento do que está na Constituição.

O estudante de Direito, Edelson Moraes, acrescentou que a Constituição deveria ser distribuída para a população em geral para se tornarem conscientes de seus direitos e aprender a lutar por eles. "A Constituição deveria ser dada em sala de aula", concluiu.

A iniciativa integra ação institucional da Justiça com o intuito de estimular cidadãos e cidadãs a lerem a Carta Magna e conhecerem melhor os seus direitos e deveres.

Comarca de Cururupu ganha salão do júri nesta quinta (21)

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, inauguram, nesta quinta-feira (21), às 9h, o Salão do Júri Desembargador João Miranda Sobrinho e a reforma do Fórum Desembargador José Pires Sexto, ambas as unidades na Comarca de Cururupu.

Os dois estarão ao lado do diretor do Fórum da Comarca, juiz Azarias Cavalcante Alencar.

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal (Nupemec/TJMA), desembargador José Luiz Almeida, também já confirmou presença no evento.

NOVO SALÃO

O novo Salão do Júri possui área construída de 188,33 m², é constituído por hall de entrada, banheiros adaptados para pessoas com deficiência (PCD), salas para testemunhas de acusação e de defesa, sala secreta, sala do réu, banheiros privativos e plateia, com capacidade para 42 lugares. O imóvel foi construído ao lado do atual fórum, na Rua Herculana Vieira, s/n°, Centro.

Já nas dependências do Fórum Desembargador José Pires Sexto, foram realizados serviços de reforma das instalações, incluindo trocas do piso cerâmico, de revestimentos, adaptação dos banheiros para pessoas com deficiência, pintura geral, revisão da cobertura e das instalações elétricas, entre outros.

TJMA inaugura Salão do Júri e entrega Fórum reformado em Cururupu

A Comarca de Cururupu passou a contar com um local próprio para julgamento dos crimes contra a vida e ganhou um fórum revitalizado. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, inaugurou, nesta quinta-feira (21), o Salão do Júri Desembargador João Miranda Sobrinho e entregou a reforma do Fórum Desembargador José Pires Sexto.

De acordo com o presidente, a obra representa mais um exemplo concreto da preocupação do TJMA em viabilizar melhorias significativas em sua estrutura administrativa e operacional e a iniciativa se justifica como decorrência natural da própria importância da Comarca de Cururupu, com instalações dignas, modernas e adequadas, que proporcionarão aos membros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia, plenas condições para que possam desempenhar a contento suas atribuições profissionais.

“Aos jurisdicionados, em especial, este prédio servirá como verdadeira casa de abrigo para as suas legítimas pretensões e certamente representará, na prática, uma melhoria significativa da prestação jurisdicional oferecida”, ressaltou o desembargador Lourival Serejo.

Sobre o homenageado que empresta o nome ao Salão do Júri, desembargador João Miranda Sobrinho, natural de Cururupu e falecido em 1º de julho de 1997, o presidente do TJMA ressaltou sua trajetória digna, de dedicação integral, de um magistrado e cidadão que se destacou em sua função.

“É uma recompensa ao amor que o desembargador João Miranda tinha por esta terra, que ele sempre chamava de terra santa”, revelou Lourival Serejo.

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal (Nupemec/TJMA), desembargador José Luiz Almeida, e o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho também participaram da solenidade.

O desembargador José Luiz Almeida destacou a memória do desembargador João Miranda, relembrou a luta incansável do juiz Douglas Lima da Guia, ex-titular de Cururupu e atualmente em Balsas, para que sua então comarca pudesse contar com um salão do Júri, e creditou a realização da obra à iniciativa do juiz, ao ex-presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, que reservou a verba, e ao atual presidente Lourival Serejo, pela sensibilidade de levar adiante o projeto.

Filha do desembargador João Miranda Sobrinho, Alayde Miranda falou em nome da família e disse que ela e as gerações posteriores se sentem honradas e agradecidas pela homenagem.